CONAUD
AUDITORES INDEPENDENTES

Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari – Organização Social de Cultura

Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2017 e de 2016
e relatório do auditor independente

CONAUD
AUDITORES INDEPENDENTES

Ribeirão Preto, 16 de fevereiro de 2018.

Aos Conselheiros e Administradores da
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI – ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA
Brodowski - SP

Prezados Senhores,

Apresentamos anexo, nosso relatório sobre as Demonstrações Contábeis, da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI-ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA** relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhado do relatório do auditor independente.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as, para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

CONAUD - AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

Luiz Claudio Gaona Granados
Sócio-Diretor

CONAUD
AUDITORES INDEPENDENTES

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI – ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO 02

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO 03

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 05

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 06

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 07

NOTAS EXPLICATIVAS 08

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE 35

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		**13.689.402**	**2.613.987**
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	3.138.804	2.461.321
Contas a Receber	9	14.406	10.861
Estoques	10	76.843	88.846
Adiantamentos Diversos	11	36.127	28.795
Contrato de Gestão a Receber	12	10.401.313	-
Outros Créditos		-	232
Despesas Antecipadas	13	21.909	23.932
NÃO CIRCULANTE		**665.326**	**1.127.109**
Imobilizado	14	649.515	1.059.481
Intangível	15	15.811	67.628
TOTAL DO ATIVO		**14.354.728**	**3.741.096**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em reais)

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		**13.689.400**	**2.613.987**
Fornecedores	16	19.803	86.569
Salarios e Encargos a Pagar	17	-	208.084
Obrigações Tributárias	18	5.126	40.813
Apropriação de Férias		360.192	342.028
Outras Contas a Pagar		4.204	3.812
Plano de Trabalho a Executar	19	10.401.313	-
Contrato de Gestão a Executar	20	1.863.951	1.074.984
Contrato com Projetos a Executar	21	-	215.000
Fundos de Reservas	22	1.034.811	642.697
NÃO CIRCULANTE		**660.505**	**1.117.747**
Ativos Vinculados ao Estado	23	660.505	1.117.747
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.823**	**9.362**
Patrimônio Social	24.a	9.362	13.901
Déficit do Exercício	24.b	(4.539)	(4.539)
TOTAL DO PASSIVO		**14.354.728**	**3.741.096**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em reais)

	Nota	2017	2016 Reclassificado
RECEITAS DAS ATIVIDADES			
Contrato de Gestão			
Receitas com Contrato de Gestão		10.767.202	11.326.995
Recursos Projeto Pronac		221.843	-
Resultado Líquido com as vendas da Loja	25	54.601	55.500
Resultado Financeiro Líquido		110.622	79.771
Total das Receitas das Atividades		**11.154.268**	**11.462.266**
DESPESAS DAS ATIVIDADES			
Contrato de Gestão			
Despesas Projeto Pronac		(221.843)	-
Despesas com Pessoal	26	(4.562.638)	(4.272.242)
Despesas com Prestação de Serviço	27	(2.610.758)	(2.662.362)
Despesas com Manutenção e Conservação	28	(816.775)	(1.028.286)
Despesas Tributárias		(60.383)	(77.864)
Outras Despesas com Contrato de Gestão	29	(2.313.610)	(2.832.706)
Despesas com Depreciações e Amortizações		(568.261)	(588.806)
		(11.154.268)	(11.462.266)
Próprias			
Despesas com Depreciações e Amortizações		(4.539)	(4.539)
		(4.539)	(4.539)
Total das Despesas das Atividades		**(11.158.807)**	**(11.466.805)**
DEFICIT DO EXERCICIO		**(4.539)**	**(4.539)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI - ORGANIZAÇAO SOCIAL DE CULTURA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em reais)

	2017	2016
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**(4.539)**	**(4.539)**
Transferência do Saldo de Gestão a Realizar	-	215.899
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCICIO	**(4.539)**	**211.360**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávits (Déficits) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**(196.313)**	**(5.685)**	**(201.998)**
Transferência para o Patrimônio Social	(5.685)	5.685	-
Transferência do Saldo de Gestão a Realizar	215.899		215.899
Déficit do Exercício	-	(4.539)	(4.539)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**13.901**	**(4.539)**	**9.362**
Transferência para o Patrimônio Social	(4.539)	4.539	-
Déficit do Exercício	-	(4.539)	(4.539)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**9.362**	**(4.539)**	**4.823**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do Exercício	(4.539)	(4.539)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e Amortizações	572.803	593.336
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais		
Contas a Receber	(3.545)	(7.541)
Estoques	12.003	(5.754)
Adiantamentos Diversos	(7.332)	6.577
Impostos a Recuperar	-	4.085
Contrato de Gestão a Receber	(10.401.313)	-
Outros Créditos	233	(232)
Despesas Antecipadas	2.023	(327)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(66.766)	48.063
Salários e Encargos Sociais	(208.084)	42.512
Obrigações Tributárias	(35.687)	19.344
Apropriação de Férias	18.163	141.659
Outras Contas a Pagar	392	(1.996)
Plano de Trabalho a Executar	10.401.313	-
Contrato de Gestão a Ralizar	(1.074.984)	(117.626)
Contrato com Projetos a Executar	1.648.951	215.000
Fundos de Reserva	392.114	(697.992)
Ativos Vinculados ao Estado	(457.242)	(501.616)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	788.503	(267.047)
(-)FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Bens do Imobilizado	(104.436)	(81.552)
Aumento do Intangível	(6.584)	(5.630)
Caixa Gerado pelas Atividades de Investimentos	(111.020)	(87.182)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência do Saldo de Gestão a Realizar	-	215.899
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamentos	-	215.899
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**677.483**	**(138.330)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - No Início dos Exercícios	2.461.321	2.599.651
Caixa e Equivalentes de Caixa - No Final dos Exercícios	3.138.804	2.461.321
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**677.483**	**(138.330)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI – ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Informações corporativas sobre a Associação

A **Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari – Organização Social de Cultura ("Associação")** é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de duração ilimitada, com sede e foro na cidade de Brodowski – SP regida pelo seu novo Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de agosto de 2015 e pelas leis que são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998. Sua atividade operacional teve inicio em julho de 2008.

A Associação está inscrita e aprovada no Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE), do Sistema de Convênios do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 57.501 de 08 de novembro de 2011.

Atividades operacionais

A Associação tem por objetivos de natureza social na área da cultura, que se constituem na colaboração técnica, operacional e financeira, para o desenvolvimento das atividades do Museu Casa de Portinari, e de outros espaços museológicos do Estado de São Paulo. Para cumprimento de seus objetivos a Associação poderá, conforme definido pelo seu Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

(a) Realizar, patrocinar e promover exposições, cursos, conferências, seminários, congressos, conclaves de natureza cultural e artística e intercâmbio entre profissionais ou entidades.

(b) Manter oficinas de formação e aperfeiçoamento nas diversas linguagens artísticas.

(c) Promover o treinamento, capacitação profissional e especialização técnica e científica de recursos humanos.

(d) Promover campanhas de mobilização e divulgação junto à opinião publica, acerca dos objetivos da Associação, bem como atividades na área museológica.

(e) Editar livros e outras formas de mídia de valor artístico ou cultural.

(f) Receber auxílio técnico, celebrar acordos operacionais com instituições públicas e privadas tanto nacionais quanto internacionais no campo de pesquisa, elaboração, avaliação e implantação de projetos, desde que voltados para seus objetivos.

g) Prestar serviços, consultorias e/ou assessorias nas áreas culturais e artísticas, bem como museologia e demais setores relacionados às suas finalidades sociais;

h) Elaborar e executar projetos sociais de natureza cultural, inclusive mediante a utilização de leis de incentivo, podendo captar recursos financeiros junto à iniciativa pública ou privada para a realização dos mesmos;

i) Instalar, manter e administrar espaços destinados à oferta de serviços de alimentos, livrarias, estacionamento e lojas de souvenir.

Museus sob sua gestão

A Associação é responsável pelo gerenciamento e execução de atividades dos seguintes museus:

- Museu Casa de Portinari – Brodowski (SP)
- Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre – Tupã (SP)
- Museu de Esculturas Felícia Leirner/Auditório Cláudio Santoro – Campos do Jordão (SP)

2. CONTRATO DE GESTÃO

Em 27 de junho de 2016 a Associação celebrou com o Governo do Estado de São Paulo o CONTRATO DE GESTÃO 005/2016 com vigência de 01/07/2016 até 31/12/2020, que tem por objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades relativas na área da cultural referente ao Museu Casa de Portinari, instalado na Praça Candido Portinari, nº 298 - CEP: 14340-000 – Brodowski / SP, Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, instalado na Rua Coroados, nº 521 – CEP: 17600-010 Centro – Tupã / SP e ao Museu de Esculturas Felícia Leirner/Auditório Cláudio Santoro, instalado na Avenida Dr. Luis Arrobas Martins, nº 1880 – CEP: 12460-010 – Alto da Boa Vista – Campos do Jordão / SP, cujos usos ficam permitidos pelo período de vigência do presente contrato, e em conformidade com o "Anexo Técnico I - Plano de Trabalho – Estratégia de Ação" e demais Anexos do Contrato.

As Atribuições, Responsabilidades e Obrigações da Associação:

1 – Executar as atividades descritas no incluso "Anexo I – Plano de Trabalho – Estratégia de Ação", bem como cumprir as metas estabelecidas no "Anexo II – Plano de Trabalho – Metas e Proposta Orçamentária Global", e os compromissos descritos no "Anexo III – Compromissos de Informação" nos prazos previstos, em consonância

com as demais cláusulas e condições estabelecidas neste CONTRATO DE GESTÃO.

2 – Manter, durante a execução deste CONTRATO DE GESTÃO, todas as condições exigidas ao tempo de sua qualificação como Organização Social.

3 – Aplicar as orientações de identidade visual recebidas da Secretaria da Cultura em todas as ações de divulgação relacionadas ao objeto do CONTRATO DE GESTÃO, utilizando a designação "Organização Social de Cultura" junto à assinatura da instituição, quando esta for utilizada.

4 – Publicar no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos vinculados ao objeto contratual, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do CONTRATO DE GESTÃO, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do CONTRATO DE GESTÃO, garantindo a publicação de suas eventuais atualizações em no máximo 30 (trinta) dias da alteração promovida. Caso o regulamento já tenha sido publicado no Diário Oficial em virtude de contrato(s) de gestão anterior (es) com a CONTRATANTE, a CONTRATADA fica desobrigada de realizar nova publicação no Diário Oficial, devendo apenas enviá-lo à CONTRATANTE para formalização de nova ratificação, bem como mantê-lo disponível nos sítios eletrônicos.

5 – Contratar pessoal necessário para a execução das atividades previstas neste CONTRATO DE GESTÃO, através de procedimento seletivo próprio, nos termos de seu manual de recursos humanos, garantindo foco na qualificação, experiência e compromisso público, com objetividade, impessoalidade e ampla publicidade dos processos seletivos e de seus resultados.

6 – Cumprir a legislação trabalhista, bem como manter em dia o pagamento das obrigações tributárias e previdenciárias, fornecendo certidões negativas e de regularidade fiscal, sempre que solicitadas pela CONTRATANTE.

7 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais na contratação de pessoal para as atividades previstas neste CONTRATO DE GESTÃO.

8 – Observar como limites: 15% do total anual de despesas previstas no plano de trabalho para a remuneração e vantagens de qualquer natureza para os dirigentes e 65% do total anual de despesas previstas no plano de trabalho para remuneração e vantagens para os demais empregados, sendo essas metas atendidas no exercício de 2017 (6,19% e 34,41% respectivamente).

9 – Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso, até sua restituição ao Poder Público, mantendo em perfeitas condições de uso os imóveis, bens, equipamentos e instrumentais necessários para a realização das atividades contratualizadas, cujos inventários atualizados constarão dos devidos Termos de Permissão.

10 – Manter, em perfeitas condições de integridade, segurança e regularidade legal, os imóveis permitidos ao uso durante a vigência do CONTRATO DE GESTÃO, promovendo ações e esforços, acordados com a CONTRATANTE, para as regularizações e melhorias necessárias.

11 – Efetuar a contratação dos seguros patrimoniais e de responsabilidade civil, relacionados aos imóveis e atividades avençados, com coberturas em valores compatíveis com as edificações e usos.

12 – Submeter à aprovação prévia da CONTRATANTE os planos de ação de projetos culturais que impliquem:

a) o uso de espaços internos dos bens imóveis, prédios ou terrenos, objeto do CONTRATO DE GESTÃO, para empreendimentos diversos, que não estejam previamente autorizados pelo Termo de Permissão de Uso de Bens Imóveis (Anexo VI deste), tais como: montagem de restaurantes, lanchonetes, quiosques, lojas, estacionamentos, livrarias e assemelhados;

b) a cessão gratuita ou onerosa de espaço para realização de eventos de qualquer natureza, bem como atividades culturais não previstas nos Anexos deste CONTRATO DE GESTÃO, indicando os tipos e características dos eventos culturais previstos, os critérios e condições para sua realização e os cuidados que serão tomados relativos à: obtenção das autorizações legais quando for o caso, preservação do patrimônio e segurança;

c) o empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos, em virtude de intercâmbio ou não, garantindo os cuidados de salvaguarda do patrimônio e a contratação de seguro multirrisco para os referidos bens em cada empréstimo realizado;

d) a restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural, caso a instituição não conte com estrutura própria (laboratório e conservadores-restauradores) para executá-las, informando a política de conservação e restauro adotados, os referenciais metodológicos e os cuidados de salvaguarda do acervo;

13 – Publicar e manter disponível ao público na internet, nos domínios e sítios eletrônicos vinculados ao objeto contratual, atualizando, sempre que necessário, as seguintes informações:

a) Apresentação e histórico do objeto contratual (equipamento / programas principais / grupos artísticos);

b) Programação atualizada, de acordo com as características do objeto do CONTRATO DE GESTÃO;

c) Logística de acesso e informações de funcionamento do ou relacionadas ao objeto contratual;

d) Ficha técnica, indicando os funcionários vinculados ao objeto do CONTRATO DE GESTÃO;

e) Manual de Recursos Humanos;

f) Regulamento de Compras e Contratações;

g) Divulgação de vagas em aberto, com informação sobre critérios e prazos de seleção, de acordo com seu manual de recursos humanos e regulamento de contratações;

h) Divulgação das compras e contratações em aberto e dos critérios e prazos de seleção de acordo com seu regulamento de compras e contratações;

i) Contato da Ouvidoria da Secretaria da Cultura, conforme as orientações da CONTRATANTE;

j) Link para o CONTRATO DE GESTÃO e seus Anexos no Portal da Transparência do Estado de SP;

k) Relatórios de atividades anuais e demonstrações contábeis (balanços patrimoniais e pareceres de auditores independentes) de todos os anos do CONTRATO DE GESTÃO em vigor;

l) Estatuto Social da CONTRATADA;

m) Relação atualizada de Conselheiros e dirigentes da CONTRATADA.

14 – Apresentar trimestralmente à Unidade Gestora da CONTRATANTE até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao término do 1º, 2º e 3º trimestres, relatórios de atividades do período, conforme modelo da CONTRATANTE, para verificação pela Unidade Gestora e pela Comissão de Avaliação quanto ao cumprimento das diretrizes e metas definidas do CONTRATO DE GESTÃO, contendo o comparativo das metas cumpridas x metas previstas, o relatório gerencial de acompanhamento da execução orçamentária global e os documentos previstos para entrega trimestral no Anexo III - Compromissos de Informação.

15 – Apresentar anualmente, conforme previsto no cronograma estabelecido pela Secretaria, relatório anual de atividades, para verificação pela Unidade Gestora e pela Comissão de Avaliação, quanto ao cumprimento das diretrizes e metas definidas do CONTRATO DE GESTÃO, contendo o comparativo das metas cumpridas x metas previstas para os quatro trimestres do exercício anterior, o relatório gerencial de acompanhamento da execução orçamentária global e os documentos previstos para entrega anual no Anexo III - Compromissos de Informação.

Para fomento e execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, conforme atividades, metas e compromissos especificados nos Anexos I, II e III, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes deste instrumento, bem como no Anexo IV – Sistema de Pagamento (Cronograma de Desembolso), a importância global de R$ 46.895.810,00, da seguinte maneira: Para o exercício de 2016 um total de R$4.269.801,00, sendo repasses no valor de R$3.284.132,00 + R$ 330.669,00 referente ao saldo remanescente das contas do Contrato de Gestão nº 03/2011+ parcela única de Saldo de Fundo de Contingência do Contrato de Gestão 003/2011 no valor de R$ 655.000,00, para 2017 um total de R$ 9.860.934,00, para 2018 um total de 10.401.313,00, para 2019 um total de R$ 10.920.339,00 e para 2020 um total de R$ 11.443.423,00. Em 28 de setembro de 2016 a Associação assinou o 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão 005/2016 elevando o valor global do Contrato para R$ 48.099.898,00, e acrescentando ao valor de 2016, R$ 189.000,00 referente ao saldo remanescente do Contrato de Gestão 003/2011 + R$ 1.015.088,00 de repasses. Em 27 de março de 2017 a Associação assinou o 2º Termo de Aditamento, alterando o valor para 2017 para R$ 11.068.889,00, e elevando o valor global do Contrato para R$ 49.307.853,00.

A Associação deverá criar duas contas de reservas a saber:

a) Conta de recursos de reserva: para aplicação de 6% do total de recursos financeiros repassados pelo Estado em cada parcela do primeiro ano de vigência do presente CONTRATO DE GESTÃO, com a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração da CONTRATADA, que poderá ser utilizada na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da CONTRATANTE. A utilização destes recursos fica condicionada à prévia aprovação pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela CONTRATANTE.

b) Conta de recursos de contingência: para aplicação de parte dos recursos financeiros repassados pelo Estado, com a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução contratual, sendo composta de 0,5% do valor repassado pela CONTRATANTE a cada parcela, percentual este considerado pelas partes compatível com a finalidade da conta e fixado pelo Secretário da Cultura de comum acordo com a CONTRATADA. Obs. Conforme acordado com o Contratante, foi depositado nesta conta R$ 250.000,00 referente a parte do Fundo de Reserva do Contrato de Gestão 003/2011.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09), adaptadas as peculiaridades as entidades de fins não lucrativos em consonância com a Interpretação Técnica NBC ITG 2002 e estão de acordo com o CPC para Pequenas e Médias Empresas – PME, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Base de Elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de outra forma.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão expressas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Associação.

Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Associação e foram aprovadas pela Administração em 09 de fevereiro de 2018, as quais consideram os eventos

subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis.

Operações Continuadas

As operações da Associação são continuadas, portanto, não há operação descontinuada para ser segregada na demonstração do resultado do exercício.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Associação são:

a) Transações e Saldos em Moeda Estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis, quando ocorrer transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, serão convertidas pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. No final de cada período de relatório, esses itens monetários classificados em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Nos exercícios de 2017 e de 2016 não ocorreram transações em moeda estrangeira.

b) Instrumentos Financeiros

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, a Associação não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(I) - Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: (I) ao valor justo através do resultado, (II) mantidos até o vencimento, (III) disponíveis para venda e (IV) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao valor justo através do resultado

Incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

(II) - Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

(III) - Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo período. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista e aplicações financeiras demonstradas ao custo. As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e têm liquidez imediata ou até 90 dias da data da aplicação e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de seu valor de mercado.

d) Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias da loja do museu, com prazo de recebimento sempre inferior a um ano. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros e ajustadas quando aplicável, a valor presente. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado.

De acordo com o julgamento da Administração da Associação e de sua assessoria jurídica, não há expectativa de perdas em seus valores a receber. Dessa forma, não houve constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

e) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e ativos e passivos de longo prazo são ajustados pelo valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e se relevantes. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

f) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. O método de avaliação do custo do estoque é o "custo médio ponderado" e o valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para perdas, quebras de estoques e de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

g) Despesas Antecipadas

Refere-se a pagamentos de seguros, registrados ao custo histórico, cujos direitos de benefícios ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registrados no ativo considerando o princípio da competência.

h) Imobilizado

O imobilizado é registrado e demonstrado ao custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas. O custo, quando aplicável, inclui o montante de reposição dos equipamentos, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição. Os custos de reparo e manutenção dos ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É calculada e reconhecida pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens que são as seguintes:

Descrição	Taxa Depreciação Anual	Vida Útil Estimada
Computadores e Periféricos	25,00%	4 anos
Móveis e Utensílios	14,29%	7 anos
Máquinas e Equipamentos	6,67%	15 anos
Equipamentos de Uso Eletrônico	25,00%	4 anos
Equipamentos de Telefonia	14,29%	7 anos
Equipamentos de Segurança	25,00%	4 anos

A Associação iniciou as depreciações dos bens do ativo imobilizado no exercício de 2015, nos exercícios anteriores os bens do imobilizado não sofreram depreciação.

Durante o exercício de 2017, a Associação não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequente provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados não foi necessária.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros, resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

i) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidas pela amortização e perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de software adquiridos de terceiros.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

O ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo método linear, com base na vida útil econômica estima que é a seguinte:

Descrição	Taxa Amortização Anual	Vida Útil Estimada
Direitos de Uso Software	20,00%	5 anos

A Associação iniciou as amortizações dos intangíveis de vida útil definida no exercício de 2015.

Quando existentes, os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros (Impairment)

Os bens do imobilizado, o intangível, quando aplicável e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

k) Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço por seus valores conhecidos ou calculáveis, quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Atualização Monetária de Direitos e Obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem.

m) Segregação entre Circulante e Não Circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até 12 meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes.

n) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

o) Plano de Trabalho a Executar e Contrato de Gestão a Executar

Os contratos são reconhecidos pelo valor nominal e enquanto não recebidos e não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado, são registrados no passivo em contrapartida do ativo, em rubrica específica de Plano de Trabalho a Executar, enquanto não recebido. Quando recebidos são transferidos para a rubrica Contrato de Gestão a Executar e quando aplicados são reconhecidos nas receitas em confronto com as despesas correspondentes.

Os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicado no projeto, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

p) Ativos Vinculados ao Estado

Os bens do ativo imobilizado e os diretos do ativo intangível adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos como obrigação à longo prazo para com o Estado e registrados no passivo não circulante.

O valor do saldo da rubrica equivale ao montante líquido do ativo imobilizado e do intangível registrado no ativo não circulante, relativos ao contrato de gestão. O saldo da rubrica é aumentado quando lançado a crédito em contrapartida a débito da rubrica projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido quando lançado a débito em contrapartida a crédito de receita no resultado, na realização desses ativos, quando da baixa, depreciação ou amortização.

q) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, têm os seguintes critérios:

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Associação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa quando aplicável.

Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente e divulgados levando em consideração à opinião dos assessores jurídicos da Associação, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração e são reconhecidas nas demonstrações contábeis, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes. E os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais são sempre consideradas como exigíveis, independentemente de questionamentos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não existem passivos contingentes.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social

Sendo a Associação uma entidade sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária de imposto de renda prevista na alínea "c", inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal e regulamentado pelo artigo 12 da Lei nº 9.532/1997 e goza de isenção tributária de contribuição social prevista no parágrafo 7, do artigo 195 da Constituição Federal e regulamentado pelos artigos 9 e 14 do Código Tributário Nacional (CTN).

s) Apuração do Superávit (Déficit)

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência e de acordo com a NBC TG 07 – Subvenção e Assistências Governamentais.

Receitas provenientes de contrato de gestão

As receitas provenientes de contrato de gestão são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como Imobilizado ou Intangível vinculado ao Estado e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo, por meio de depreciação, amortização ou baixa.

Os valores recebidos e posteriormente empregados originados de contrato de gestão firmado com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos Recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de Caixa e Equivalentes de Caixa e o crédito de Projetos a Executar no passivo circulante.

- Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do contrato de gestão, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao crédito de caixa e equivalentes de caixa ou provisões a pagar e nesse mesmo momento, as receitas são reconhecidas em contrapartida a débito da rubrica Projetos a Executar no passivo circulante.

- Receitas de aplicações financeiras: Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras são reconhecidos pelo regime de competência no resultado.
- Receitas de aplicações financeiras vinculadas aos fundos: Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras vinculadas aos fundos, são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito dos fundos de reserva e de contingência no passivo circulante

Receita de venda da loja

A receita de venda da loja do museu é reconhecida mensalmente no resultado pelo valor faturado, sendo as mesmas realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito. O resultado com as vendas é aplicado na gestão dos projetos.

Doações e contribuições

As doações e contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

t) Trabalho Voluntário

Os trabalhos voluntários, quando existentes, são mensurados ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

u) Informações dos Segmentos Operacionais

A Administração entende que a apresentação do detalhamento de segmentos operacionais não é aplicável a Associação, pois esta efetua o monitoramento de suas atividades, a avaliação de desempenho e a tomada de decisão para alocação de recursos de forma consolidada em um único segmento de divulgação.

v) Benefícios a Empregados

A Associação provê a seus empregados benefícios não monetários que incluem assistência médica, assistência odontológica, vale alimentação / refeição, vale transporte, vale cultura e seguro de vida. Os benefícios não monetários são reconhecidos como despesas no resultado do exercício pelo regime de competência. Os benefícios monetários incluem programa de auxílio educação para funcionários, que estão no Plano de Cargos e Salários e queiram fazer um curso relacionado com a função, com ajuda de custo de até 50% da mensalidade.

A Associação não possui planos de previdência privada, plano de aposentadoria complementar, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para seus empregados e diretores.

w) Demonstração do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar julgamentos, estimativas e premissas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações que afetam a aplicação de políticas contábeis e os respectivos valores reportados.

Nas demonstrações contábeis estão incluídas, portanto, julgamentos e estimativas cujos resultados reais podem apresentar variação devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação A Administração da Associação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

As estimativas e premissas que podem resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas de outros ativos, estimativa de vida útil e valor recuperável do imobilizado, apuração do imposto de renda, contribuição social e outros tributos, quando devidos e provisão para contingências.

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE LIQUIDEZ

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Associação.

a) Risco Financeiro

As atividades da Associação a expõe a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Associação concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

I - Risco de mercado: É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Associação ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de Moeda (cambial)

A Associação não possui operações com moeda estrangeira, portanto, não está sujeita a eventuais riscos relacionados a oscilação de cambio.

Risco de taxa de juros

A Associação busca obter as taxas de juros de suas operações de aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancários – CDI, criando um hedge natural para os saldos aplicados.

II - Risco de crédito: É o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Associação. No caso da Associação esse risco não existe, já que as vendas da loja são realizadas a vista ou através de cartão de débito ou crédito.

III - Risco de liquidez: É o risco da Associação não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas estratégias para desembolsos e recebimentos futuros (fluxos de caixa), sendo monitoradas periodicamente pela administração. A situação da Associação é de liquidez nos períodos apresentados.

b) Risco Operacional

É o risco de déficits diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Associação e de fatores externos.

c) Gestão de Capital

Os objetivos da Associação ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade da sua atividade-fim.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações contábeis, por categoria, são resumidos a seguir:

Descrição	2017	2016
Ativos Financeiros		
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 8)	3.138.804	2.461.321
Contas a Receber de Clientes (nota 9)	14.406	10.861
Contrato de Gestão a Receber (nota 12)	10.401.313	
Total	**13.554.523**	**2.472.182**
Passivos Financeiros		
Fornecedores (nota 16)	19.803	86.569
Plano de Trabalho a Executar (nota 19)	10.401.313	-
Contrato de Gestão a Executar (nota 20)	1.863.951	1.074.984
Contrato com Projetos a Executar (nota 21)	-	215.000
Fundos de Reserva (nota 22)	1.034.811	642.697
Total	**13.319.878**	**2.019.250**

Os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com a Nota Explicativa nº 4.b.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, bem como assegurar liquidez futura e estão apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa constituídos de:

Descrição	2017	2016
Caixa		
Contrato de Gestão	10.456	1.260
Depósitos a vista		
Minc Pronac	-	215.000
Contrato de Gestão	436	-
	436	215.000
Aplicações Financeiras		
Contrato de Gestão	2.093.100	1.602.364
Fundo de Reserva **(i)**	643.318	338.167
Fundo de Contingência **(i)**	391.494	304.530
	3.127.912	2.245.061
Total	**3.138.804**	**2.461.321**

(i) As aplicações financeiras vinculadas aos fundos embora de liquidez imediata, têm sua movimentação restrita, estando relacionadas com a constituição de Fundos registrados no passivo circulante pelos mesmos valores. (nota 22)

Todos os recursos do caixa e equivalentes são oriundos do contrato de gestão e aditamentos, que visam ao fomento e a operacionalização da gestão e execução pela Associação, das atividades na área de museologia e são aplicados exclusivamente na execução dos projetos.

O resumo das aplicações financeiras é demonstrado a seguir:

Instituição Financeira	Modalidade	2017	2016
Banco do Brasil	Fundo DI CP 600	1.691.930	1.495.597
Banco do Brasil	Fundo Renda Fixa 500	185.324	76.231
Banco do Brasil	Fundo Curto Prazo 200	65.948	30.536
Banco do Brasil	Fundo Renda Fixa	25.641	-
Caixa Econ.Federal	Fundo Renda Fixa	124.257	-
Banco do Brasil	Fundo Renda Fixa – Contingência	391.494	304.530
Banco do Brasil	Fundo DI - Fundo de Reserva	643.318	338.167
Total		**3.127.912**	**2.245.061**

As aplicações financeiras são realizadas junto a instituições financeiras nacionais, com rentabilidade nas condições usuais de mercado para a modalidade, considerando o valor, o prazo e a época da aplicação.

9. CONTAS A RECEBER

(a) Composição:

Descrição	2017	2016
Clientes		
Cartão de Débito / Crédito	14.406	10.861
Total	**14.406**	**10.861**

Representado por valor a receber com a venda da loja do museu.

(b) Informações Adicionais:

O cálculo da estimativa de valor presente efetuado pela Administração, não apurou valores materiais para ajustes nas demonstrações contábeis.

As vendas com a loja do museu são efetuadas sempre a vista em dinheiro ou a prazo por meio de cartão de débito ou crédito, portanto, todos os títulos a receber são vincendos, não sendo necessária a constituição de provisão para perdas.

10. ESTOQUES

(a) Composição:

Descrição	2017	2016
Mercadoria para Revenda (Loja)	54.506	57.853
Almoxarifado - Materiais de Consumo	22.337	30.993
Total	**76.843**	**88.846**

(b) Informações Adicionais:

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Associação não efetuou provisões para obsolescência (giro lento), quebras de estoque e ajuste ao valor realizável líquido dos estoques (margem negativa).

Na mensuração dos estoques não foram considerados o ajuste a valor presente, não relevante, segundo análise da Administração.

11. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Descrição	2017	2016
Adiantamentos a Fornecedores	11.169	1.295
Adiantamentos de Férias	24.658	27.500
Adiantamentos de Viagens	300	-
Total	**36.127**	**28.795**

12. CONTRATO DE GESTÃO A RECEBER

Descrição	2017	2016
Contrato a Receber	10.401.313	-
Total	**10.401.313**	**-**

Representado por valor a receber no decorrer de 2018, que será aplicado na gestão dos projetos, quando recebido.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

Descrição	2017	2016
Despesas Antecipadas - Contrato de Gestão		
Seguro Responsabilidade Civil	10.013	13.555
Seguros Prediais	11.896	10.377
Total	**21.909**	**23.832**

Valor apropriado mensalmente para o resultado à medida de sua realização, até o término da vigência da apólice de seguro.

14. IMOBILIZADO

(a) Composição:

		2017			2016
Descrição	Valor Custo	Depreciação Acumulada	Prov. Valor Recuperável (Impairment)	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Imobilizado - Próprio					
Computadores e Periféricos	33.448	(9.117)	(22.162)	2.169	5.280
	33.448	(9.177)	(22.162)	2.169	5.280
Imobilizado – Contrato de Gestão					
Móveis e Utensílios	914.453	(335.892)	(406.752)	171.809	260.630
Máquinas e Equipamentos	291.399	(37.731)	(2.361)	251.307	268.655
Computadores e Periféricos	302.079	(248.932)	(49.592)	3.555	81.534
Instalações Diversas	128.029	(128.029)	-	-	-
Equipamentos de Uso Eletrônico	284.893	(241.932)	(21.660)	21.301	75.721
Equipamentos de Telefonia	51.392	(22.698)	(6.002)	22.692	32.265
Equipamentos de Segurança	649.999	(405.619)	(67.698)	176.682	335.396
	2.622.244	(1.420.833)	(554.065)	647.346	1.054.201
Total	**2.655.692**	**(1.430.010)**	**(576.227)**	**649.515**	**1.059.481**

- Imobilizado Próprio: Bens patrimoniais adquiridos com recursos próprios da Associação.

- Imobilizado Contrato de Gestão: Bens patrimoniais adquiridos com recursos do contrato de gestão e que serão devolvidos ao Estado ao final do contrato se não houver renovação. O montante líquido está registrado pelo mesmo valor no passivo não circulante. (nota 23)

(b) Movimentação do Imobilizado:

	2016				2017
Descrição	Saldo Liquido	Adição	Transf.	Depreciação	Saldo Líquido
Imobilizado - Próprio					
Computadores e Periféricos	5.280	-	-	(3.111)	2.169
	5.280	-	-	(3.111)	2.169
Imobilizado – Contrato de Gestão					
Móveis e Utensílios	260.630	48.493	-	(137.314)	171.809
Máquinas e Equipamentos	268.655	2.862	-	(20.210)	251.307
Computadores e Periféricos	81.534	18.077	-	(96.056)	3.555
Equipamentos de Uso Eletrônico	75.721	31.303	(5.982)	(79741)	21.301
Equipamentos de Telefonia	32.265	-	5.982	(15.555)	22.692
Equipamentos de Segurança	335.396	3.701	-	(162.415)	176.682
	1.054.201	104.436	-	(511.291)	647.346
Total	**1.059.481**	**104.436**	**-**	**(514.402)**	**649.515**

(c) Informações Adicionais:

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Associação não possui itens imobilizados ociosos, sujeitos a baixa ou mantidos para venda.

No exercício de 2017, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do ativo imobilizado ao seu valor de recuperação (impairment).

15. INTANGÍVEL

(a) Composição:

		2017			2016
Descrição	Valor Custo	Amortização Acumulada	Prov. Valor Recuperável (Impairment)	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Intangível – Próprio					
Direito de Uso Software	6.901	(4.248)	-	2.653	4.081
Intangível – Contrato de Gestão					
Direito de Uso Software	172.194	(140.565)	(18.471)	13.158	63.547
Total	**179.095**	**(144.813)**	**(18.471)**	**15.811**	**67.628**

- Intangível Próprio: Softwares adquiridos com recursos próprios da Associação.
- Intangível Contrato de Gestão: Softwares adquiridos com recursos do contrato de gestão e que serão devolvidos ao Estado ao final do contrato se não houver renovação. O montante líquido está registrado pelo mesmo valor no passivo não circulante. (nota 23)

(b) Movimentação do Intangível:

	2016				2017
Descrição	Saldo Líquido	Adição	Baixa	Amortização	Saldo Líquido
Intangível - Próprio					
Direito de Uso Software	4.081	-	-	(1.428)	2.653
Intangível – Contrato de Gestão					
Direito de Uso Software	63.547	6.584	-	(56.973)	13.158
Total	**67.628**	**6.584**	**-**	**(58.401)**	**15.811**

(c) Informações Adicionais:

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do intangível ao seu valor de recuperação (impairment).

A Associação não possui ativos intangíveis gerados internamente. e intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

(a) Composição:

Descrição	2017	2016
Fornecedores Diversos	19.803	86.569
Total	**19.803**	**86.569**

Refere-se substancialmente à fornecedores de materiais de consumo e prestadores de serviços.

(b) Informações Adicionais:

O cálculo da estimativa de valor presente efetuado pela Administração, não apurou valores materiais para ajustes nas demonstrações contábeis.

Os fornecedores são pagos nos respectivos vencimentos e nas datas dos balanços patrimoniais apresentados não há valores vencidos.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

Descrição	2017	2016
Salários a Pagar	-	85.071
INSS a Recolher	-	75.081
INSS Retido a Recolher	-	19.269
FGTS a Recolher	-	24.577
Pis sobre Folha a Recolher	-	4.086
Total	**-**	**208.084**

Os salários e encargos sociais são pagos nos respectivos vencimentos e nas datas dos balanços patrimoniais apresentados não há valores vencidos.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2017	2016
ICMS a recolher **(i)**	1.971	1.060
IRRF sobre salários a recolher	2.481	26.255
IRRF sobre serviço PF a recolher	-	1.264
IRRF sobre serviço PJ a recolher	-	2.092
PIS / COFINS / CSLL Retidos a recolher	62	9.004
COFINS s/ Receita Financeira	612	1.138
Total	**5.126**	**40.813**

(i) ICMS a recolher sobre operações de compra e venda de mercadorias, realizadas pela loja do museu.

As obrigações tributárias são pagas nos respectivos vencimentos e nas datas dos balanços patrimoniais apresentados não há valores vencidos.

19. PLANO DE TRABALHO A EXECUTAR

Descrição	2017	2016
Plano de Trabalho a Executar	10.401.313	-
Total	**10.401.313**	**-**

Representado por valor a receber no decorrer de 2018, que será aplicado na gestão dos projetos.

20. CONTRATO DE GESTÃO A EXECUTAR

Descrição	2017	2016
Contrato a Executar	1.863.951	1.074.984
Total	**1.863.951**	**1.074.984**

Representado por valor recebido que será aplicado na gestão dos projetos. Quando os recursos são aplicados no custeio dos projetos, uma receita é reconhecida no resultado pelo mesmo valor da despesa, reduzindo o saldo dessa rubrica.

Os recursos não aplicados na gestão dos projetos são devolvidos ao Governo do Estado de São Paulo.

21. CONTRATO COM PROJETOS A EXECUTAR

Descrição	2017	2016
Projeto a Executar	-	215.000
Total	**-**	**215.000**

Representado por valor recebido através de incentivo fiscal pela Lei Roaunet (PRONAC), projeto 164.230, que será aplicado em projeto nos museus. Quando os recursos são aplicados no custeio dos projetos, uma receita é reconhecida no resultado pelo mesmo valor da despesa, reduzindo o saldo dessa rubrica.

22. FUNDOS DE RESERVAS

(a) Composição:

Descrição	2017	2016
Fundo de Reserva **(i)**	643.318	338.167
Fundo de Contingência **(ii)**	391.494	304.530
Total	**1.034.811**	**642.697**

(i) O Fundo de Reserva corresponde à 6% retido dos recursos repassados nos doze primeiros meses do Contrato de Gestão, conforme previsto na Clausula Sétima § 7º item b "Dos Recursos Financeiros", a título de fundo de reserva, sob a tutela do Conselho de Administração da Associação.

O Fundo de Reserva somente poderá ser utilizado na hipótese de atraso, por parte da Secretaria de Estado da Cultura, no repasse dos recursos, e sendo condicionada à liberação após apresentação de um plano de restituição e aprovado pelo próprio Conselho de Administração da Associação.

(ii) O Fundo de Contingência corresponde à 0,5% dos repasses realizados durante a vigência do Contrato de Gestão, conforme previsto na Clausula Sétima, § 7º, item c do citado contrato. O Fundo de Contingência está constituído financeiramente, registrado em aplicações financeiras no caixa e equivalentes de caixa. (nota 8)

23. ATIVOS VINCULADOS AO ESTADO

(a) Composição:

Descrição	2017	2016
Imobilizado Vinculado ao Estado	647.346	1.054.200
Intangível Vinculado ao Estado	13.159	63.547
Total	**660.505**	**1.117.747**

Representado pelo montante líquido do ativo imobilizado e intangível vinculados ao contrato de gestão, registrados no ativo não circulante. (notas 14 e 15)

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Patrimônio Social

O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos superávits (déficits) apurados anualmente e ajustes ocorridos, assim como pelos valores recebidos em doações de bens.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida pela Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, valendo essa regra, também na hipótese de sua desqualificação.

(b) Superávit (Déficit) do Exercício

O superávit (déficit) do exercício somente é transferido para o patrimônio social no exercício seguinte, após aprovação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

25. RESULTADO LÍQUIDO COM AS VENDAS DA LOJA

Descrição	2017	2016
Receita com Vendas	144.362	128.011
(-) Custos das Mercadorias Vendidas	(73.840)	(61.423)
(-) Impostos Incidentes (ICMS)	(15.921)	(11.088)
Total	**54.601**	**55.500**

26. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2017	2016
Salários e Outros Proventos	(3.040.864)	(2.119.319)
INSS	(573.221)	(523.256)
FGTS	(181.586)	(164.178)
Vale Alimentação / Refeição	(359.821)	(335.788)
Convênio Médico	(317.105)	(263.312)
Outras Despesas com Pessoal	(90.041)	(1.226.389)
Total	**(4.562.638)**	**(4.272.242)**

27. DESPESAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Descrição	2017	2016
Serviços de Vigilância e Segurança/Portaria	(1.610.198)	(1.546.727)
Serviços de Limpeza/Zeladoria/Jardinagem	(587.006)	(600.382)
Serviços Jurídicos	(193.647)	(243.382)
Serviços Especializados	(63.000)	(57.750)
Outros Serviços	(156.907)	(214.121)
Total	**(2.610.758)**	**(2.662.362)**

28. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Descrição	2017	2016
Manutenção e Conservação de Edificações	(586.528)	(712.832)
Manutenção e Conservação de Acervos	(230.247)	(315.454)
Total	**(816.775)**	**(1.028.286)**

29. OUTRAS DESPESAS COM CONTRATO DE GESTÃO

Descrição	2017	2016
Despesas Administrativas	(957.090)	(955.853)
Despesas Exposições e Programações Culturais	(505.547	(577.984)
Despesas Programa Educativo	(67.572)	(236.238)
Despesas Comunicação de Imprensa	(217.827)	(376.872)
Despesas Programas de Ações de Apoio AMI	(543.342)	(666.661)
Outras Despesas	(22.232)	(19.098)
Total	**(2.313.610)**	**(2.832.706)**

30. PARTES RELACIONADAS

Remuneração da Administração

Os conselheiros da Associação não possuem remuneração, é remunerada apenas a diretoria executiva com cargo de gestão, com valores condizentes com o mercado para seus cargos.

A diretoria executiva da Associação é remunerada por meio de salários e registrados sob o regime da CLT, que estão apresentados na rubrica despesas com pessoal, no resultado do exercício.

A Associação não possui planos de previdência privada, plano de aposentadoria complementar, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a sua diretoria executiva.

31. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Nos exercícios de 2017 e de 2016, a Associação não usufruiu de trabalho voluntário, portanto não houve mensuração de valores.

32. GRATUIDADES

O Museu Casa de Portinari e Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, administrados pela Associação não cobram ingressos ou quaisquer tipos de tarifas para visitação de público aos seus recintos. Os valores dessas gratuidades não foram mensurados pela Administração.

33. ASPECTOS FISCAIS

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento integral das contribuições devidas.

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade (COFINS), a Medida Provisória (MP) no 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei no 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à COFINS as receitas decorrentes de vendas, locação de espaços, bilheteria e outras.

A administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias e não estão sujeitas à incidência da referida contribuição, exceto sobre as receitas financeiras, a qual está sendo recolhido a COFINS com aplicação da alíquota de 4%.

34. ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Os valores relativos às isenções usufruídas durante os exercícios de 2017 e de 2016 são demonstrados a seguir:

Descrição	2017	2016
Cofins	441.746	458.930
Total	**441.746**	**458.930**

35. SEGUROS

A Administração da Associação adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Associação possuía as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante máximo da Cobertura
		R$
Predial	Incêndio, Explosão, Raio e Fumaça	22.952.000
	Danos Elétricos	639.000
	Vendaval/Impacto Veículos e Queda de Aeronaves	1.580.000
	Tumultos, Greve, Lock-out	350.000
	Perda ou Pagamento de Aluguel	68.000
	Vidros	35.000
Responsabilidade Civil	Operações	3.000.000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari – Organização Social de Cultura
Brodowski - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari – Organização Social de Cultura** (Associação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari – Organização Social de Cultura** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto (SP), 09 de fevereiro de 2018.

CONAUD - AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC 2SP022311/O-8

Luiz Cláudio Gaona Granados
Contador CRC 1SP118.402/O-3